

## Sinonímia e hiperonímia no sistema e no discurso

Márcia Sipavicius Seide<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Colegiado de Letras – Unioeste Marechal Cândido Rondon (Unioeste)

[e-mail:] marciaseda4@hotmail.com

**Abstract.** *These paper focuses semantics relations of equivalence and inclusion as cohesive textual tools, baring in mind the reciprocal relationship between use and system. Theoretical assumptions and textual evidences show that the use of superordinates as textual synonyms is very frequent as these words are often used to form contextualized semantics equivalence.*

**Resumo.** *Neste artigo, são enfocadas as relações de sentido de equivalência e de inclusão como recursos de coesão textual, problematizando-se a relação sistema-uso e uso- sistema. As reflexões teóricas e as evidências textuais apresentadas mostram ser muito freqüente o uso de hiperônimo como sinônimo textual.*

**Palavras-chave:** Lexicologia; Semântica; Lingüística Textual.

### 1. Introdução

Tendo por fundamentação teórica a Semântica Lexical, de base estruturalista, Vilela advertira, em sua obra **Estudos de Lexicologia do Português** (1994), que o estudo do léxico pode ser situado no nível da língua (*langue*) ou no nível da fala (*parole*) e defendera que, por a sistematicidade estar presente apenas no nível da língua a sinonímia, a hiperonímia e a hiponímia seriam fenômenos necessariamente situados no nível da língua: “Uma descrição funcional do conteúdo só é possível no nível da “langue”: é aí que surgem com sistematicidade e necessariamente as relações e inter-relações léxicas (campo e classes lexicais, sinonímia, antonímia, hiponímia, etc.)” (VILELA, 1994, p.12).

Pesquisas realizadas por Seide, também baseadas na Semântica Lexical, contudo, mostram que a antonímia e a sinonímia ocorrem tanto no nível sistêmico quanto no nível discursivo sendo muito comum haver, no discurso, neutralização de antônimos e sinônimos e criação discursiva destas relações de sentido caracterizadas por serem efêmeras e válidas apenas no contexto em que são criadas. No primeiro caso, há o exemplo do par de lexemas antônimos pobreza-riqueza que Padre Antonio Vieira, em um de seus discursos, neutraliza ao afirmar que Cristo “nascendo pobre, deixou por amor dos homens a riqueza” (SEIDE 2004), outro exemplo é o de um colunista do jornal *O Estado de São Paulo* que afirmou, em um de seus textos que, em cidades menores, os problemas “são mais simples e menos complexos”, no qual o uso dos advérbios mais e menos neutraliza a relação de antonímia existente na língua ( SEIDE 2002).

Enfocando a coesão lexical, a Lingüística Textual também estuda o uso dessas relações de sentido no nível discursivo ao evidenciar que a hiperonímia, a hiponímia e a

sinonímia (e também o nome próprio e as descrições definidas) são mecanismos de coesão lexical por substituição (KOCH,2003) cujos efeitos de sentido também são investigados pela Análise do Discurso (MAINGUENEAU, 2005). Se de um lado os estudos realizados nestes âmbitos demonstram que, ao contrário de o que propunha Vilela, as relações lexicais ocorrem também discursivamente, podendo ser analisadas neste nível, de outro, não se problematizam as relações sistema-uso e uso-sistema, à medida que se parte do princípio de que as relações de sentido permanecem no nível do discurso, o que nem sempre ocorre, conforme se mostrará ao longo deste artigo.

## **2. O estudo da sinonímia e da hiperonímia como recursos de coesão lexical por substituição**

Para que dado recurso lingüístico seja considerado um mecanismo de coesão lexical, é preciso que ele seja utilizado para fazer uma retomada de um referente já expresso no texto. Para identificá-lo, portanto, é preciso perceber quando dois nomes ou expressões estão fazendo referência a um mesmo ser no texto. Se o mesmo item lexical é utilizado duas vezes no texto com a mesma referência há coesão se dá por repetição lexical, quando é o caso de o nome ou expressão ser substituído por outro, há o que se chama de coesão lexical por substituição. São recursos de coesão lexical por substituição, segundo a Lingüística Textual: os sinônimos, as descrições (definidas ou indefinidas, e os hiperônimos. Exceto raros casos no qual um termo é substituído por um sinônimo perfeito já previsto no nível da língua, a coesão lexical por substituição tem função atributiva, mas não se limita a ela. Nesta seção, são feitas reflexões necessárias para a delimitação do objeto de estudo desta pesquisa.

A Semântica Formal parte do princípio de que duas palavras são sinônimas quando remetem a um mesmo referente, assim, a sinonímia é caracterizada pela equivalência referencial. Esta mesma relação, porém, não ocorre exclusivamente no nível lexical: se ela ocorre entre um nome próprio e um sintagma nominal, o sintagma ganha o estatuto de descrição que pode ser definida (quando o determinante é um artigo definido) ou indefinida (quando o determinante é um artigo indefinido). Uma descrição pode equivaler a um nome próprio se ambos remetem à mesma referência. Um exemplo clássico é o do {planeta Vênus} (os colchetes indicam que se faz referência ao ser ou entidade extra-lingüística). O nome próprio *Vênus*, a descrição definida *a estrela da manhã* e a descrição definida *estrela da tarde* são sentidos: maneiras diferentes de se chegar à mesma referência. Pode-se distinguir, portanto, dois tipos de equivalência: a que se limita à unidade lexical – a qual recebe o nome de sinonímia - e aquela que ocorre entre itens lexicais e sintagmas (um terceiro tipo é aquela que ocorre entre sentenças, conhecida como paráfrase, não se tratará deste tipo de equivalência neste artigo).

Cumpramos ressaltar que a equivalência referencial proposta pela Semântica Formal também considera a cognição uma vez que não é vista como uma função ou característica lingüística, mas sim como algo que está baseada na visão ou conhecimento que temos do mundo. A equivalência entre *a estrela da tarde* e *a estrela da manhã* não existia antes de a Astronomia descobrir que tanto uma quanto a outra eram visualizações diferentes do mesmo astro. O mesmo ocorreu com as descrições definidas que podem

fazer referência à <baleia>: no passado, uma descrição como *o maior peixe do oceano* seria válida pois achava-se que a baleia era um peixe. Outro aspecto a ser considerado é a função predicativa das descrições: ao contrário do nome próprio, uma descrição atribui à referência uma propriedade. No caso de {o planeta Vênus} a primeira descrição citada atribui ao planeta duas propriedades: ser uma estrela e ser vespertina.

Quando a equivalência entre nome próprio (e em alguns casos nome comum) e sintagma nominal ocorre no interior de um texto, esta equivalência é responsável pela construção da coesão textual, um dos recursos pelos quais o uso discursivo da linguagem cria seu referente. Apesar de utilizar os conceitos da Semântica Formal já comentados em seu estudo sobre a coesão, a Linguística Textual não trabalha com a mesma noção de referente. Do ponto de vista da Linguística Textual, “a. referência diz respeito sobretudo às operações efetuadas pelo sujeito à medida que o discurso se desenvolve; b. o discurso constrói aquilo a que faz remissão, ao mesmo tempo que é tributário dessa construção.” (KOCH, 2003 p.80).

Em sua investigação sobre os mecanismos de coesão lexical utilizados em jornais e revistas, Irlandé Antunes chama de caracterização situacional as equivalências de sentido criadas discursivamente e de modo não lexical (no sentido de não se estabelecerem entre um item lexical e outro) : “Podemos substituir uma palavra por uma expressão descritiva – que não é nem sinônimo nem hiperônimo, mas, no texto, funciona como se fosse um sinônimo ou coisa equivalente. A esse recurso chamei de ‘caracterização situacional’ (cf. Antunes, 1996)” (ANTUNES, 2003,p.99).

Conforme apontou Antunes, a retomada efetuada entre nome próprio e descrição definida é caracterizadora, pois, por meio da expressão definida, propriedades são atribuídas ao referente que se está construindo discursivamente. O processo de atribuição de propriedades, contudo, não ocorre somente por intermédio dos mecanismos de coesão textual, haja vista eles não serem os únicos recursos atributivos de que se dispõe para a construção discursiva do referente.

O trecho abaixo faz uma construção discursiva do referente designado pelo nome próprio *Leandrinho*. O fato de este nome estar no diminutivo denota alguém pequeno ao qual o enunciador se refere com carinho. Este recurso morfológico não tem função coesiva no texto, mas é importante para a construção discursiva do referente. Na frase seguinte, uma retomada é feita por meio da descrição definida *o menino maltrapilho*, por meio deste recurso coesivo caracterizador, as propriedades de “ser menino” e “de ser maltrapilho” são atribuídas ao menino. No período no qual a descrição definida é utilizada, ela tem função de sujeito gramatical, em todas as frases desse período composto, os predicados atribuem propriedades ao referente, propriedades relativas à riqueza que contrastam com a propriedade de ser maltrapilho, que remete à pobreza. O contraste assim criado, resulta num paradoxo de conotação irônica relacionada à intenção do enunciador.

Quem olha para Leandrinho não deduz que o menino maltrapilho viaja de jatinho particular, diverte-se em fazendas suntuosas, possui três casas avaliadas em cerca de R\$250 mil, um rebanho de cem cabeças de gado e uma poupança de R\$10 mil no Banco Santander. Tudo graças ao tio Pino, modo como ele se refere a Agripino Lima (...) (*Época*, 28/julho/2008 p.56)

Outra estratégia importante na construção discursiva do referente, mas que não será analisada nesse artigo, é a categorização que ocorre toda vez que o enunciador nomeia uma ação ou um estado de coisa anteriormente descrito. À guisa de ilustração, sirva o exemplo o trecho abaixo no qual a possível prisão de um fazendeiro que matou uma águia é caracterizada como uma punição exemplar. Dito de outra forma: a descrição indefinida categoriza a ação descrita anteriormente.

Um fazendeiro poderá ser condenado a até 12 anos de prisão por matar e comer uma águia-das-filipinas, espécie ameaçada de extinção (...) a punição exemplar foi solicitada para fortalecer a lei que protege a vida selvagem (**Época**, 28/julho/2008, p.19)

Considerando a distinção entre níveis de análise, as propostas da Semântica Formal e da Linguística Textual a relação de equivalência que atua como mecanismos de coesão textual se estabelece linguisticamente de três maneiras: no nível sistêmico, entre itens lexicais como sinonímia lexical; no discurso, como sinonímia textual entre itens lexicais (estabelecendo uma equivalência não estabelecida no nível da língua) ou entre um item e uma descrição, caso em que a equivalência apresenta uma função predicativa ou atributiva criando uma sinonímia textual caracterizadora.

A relação de inclusão é uma relação de sentido que se estabelece entre um termo hipônimo e seu hiperônimo. Em decorrência da hierarquização dos lexemas, o termo incluído é específico e seu uso no discurso é mais condicionado e restrito e o termo inclusivo é genérico resultando num uso discursivo menos restrito e condicionado. Para evidenciar esta relação, a Semântica Formal propõe o seguinte teste baseado nas condições de verdade engendradas pelas sentenças *Eu comprei uma maçã* e *Eu comprei uma fruta*: se é verdade que eu comprei uma maçã, é verdade que eu comprei uma fruta, portanto, comprar uma maçã implica em comprar uma fruta e fruta hiperônimo de maçã.

Se a ordem das sentenças muda, mudam também as condições de verdade: se é verdade que *Eu comprei uma fruta*, isto não significa, necessariamente, que uma maçã foi comprada, pode ser sido comprada uma pêra, uma maçã, etc.

Esta mudança das condições de verdade ocorre por a relação de inclusão que caracteriza a hiperonímia não ser uma relação unívoca: não se trata de um item incluir outro, trata-se de um item lexical que inclui todo um conjunto de itens por ter um sentido genérico, inespecífico, vago. Esta distinção é importante, pois ajuda a distinguir as seguintes possibilidades de uso discursivo de uma palavra hiperônima:

- a) A palavra é utilizada para retomar um item já mencionado: neste caso, a palavra adquire um sentido específico em decorrência da relação de equivalência proposta, o que a caracteriza como sinônimo textual.
- b) A palavra é usada cataforicamente, com isto suas características semânticas são mantidas, havendo utilização de hiperonímia como recurso coesivo.

### 3. Possibilidades de uso dos mecanismos de coesão lexical: evidências textuais

Com base nas relações de inclusão e de equivalência nos níveis sistêmico e discursivo, as possibilidades de uso dos recursos de coesão lexical por substituição foram explicitadas: uso discursivo de sinônimos lexicais; criação de sinonímia textual e uso discursivo de hiperônimos. A seguir, essas possibilidades são evidenciadas com base em dados oriundos de um corpus formado por textos jornalísticos provenientes das revistas **Época** e **Veja**. Nas citações feitas, aparece, em negrito, o item lexical ou expressão que apresenta a referência e, em itálico, o item ou expressão que o retoma.

No nível sistêmico a palavra *produto* é semanticamente vaga, inespecífica: muitas palavras podem ser colocadas como suas hipônimas. No contexto abaixo, porém, *produto* faz referência a um produto especificado anteriormente: *madeira*. A relação contextual existente entre *produto* e *madeira* é, portanto, uma relação de equivalência por meio da qual *produto* torna-se um sinônimo textual de *madeira*:

Em um nível muito prático, a certificação da origem da **madeira** pode se transformar em exigência para sua compra nos mercados internacionais. Isso cria dificuldades para a venda clandestina do *produto*. (**Veja**, 04/junho/2008, p.18).

Uma palavra tão genérica quanto *produto* é a palavra *aparelho* utilizada no contexto abaixo como sinônima de telefone celular: “A praticidade de ter um **telefone celular** fazia todo mundo esquecer os inconvenientes. Com o tempo, os *aparelhos* diminuíram e acumularam funções.” (**Época**, 28/julho/2008, p.75)

Como se sabe, a relação de inclusão característica da hiperonímia pode ocorrer em mais de um nível. A palavra *primata* designa a espécie formada pelos antropóides, pelos seres humanos e pelos macacos, antropóide, ser humano e macaco são hipônimos deste termo genérico, enquanto as diferentes raças de macaco são hipônimos do termo macaco. A palavra macaco, portanto, é ao mesmo tempo hipônima e hiperônima.

No contexto abaixo, é mantida a relação de hiperonímia de *macaco*: por a palavra aparecer no título, ela é utilizada de modo genérico como hiperônimo que abarca seus hipônimos. No decorrer do texto, este item lexical é retomado pela palavra *macaco-prego*. Com esta retomada, o leitor descobre que o texto faz referência não aos macacos em geral, mas a um tipo peculiar de macaco: *o macaco-prego*. Após esta ocorrência lexical, a palavra *primata*, que está no topo da hierarquia no nível sistêmico, é utilizada como sinônimo textual de *macaco-prego*:

**MACACOS** À SOLTA. Eles viraram atração turística. Em busca de alimento, cerca de 30 *macacos-pregos* se aventuram pelas ruas e casas da cidade. A seca que atinge as três reservas ambientais da região é a causa do vaivém dos *primatas* (...). (**Época**, 28/julho/2008, p.17)

O que caracteriza o uso discursivo da hiperonímia é a manutenção de suas características semânticas: o termo precisa apresentar um sentido genérico que permita a inclusão de seus hipônimos. No contexto acima, a palavra *macacos* do título é genérica e, virtualmente, abarca as várias espécies de macacos. Importa frisar esta última característica, pois é ela que permite distinguir uma palavra hiperônima de uma palavra valise: uma palavra guarda-chuva que serve como curinga.

Muitas vezes, o uso de palavras curingas para retomar trechos textuais apresenta função atributiva, nestes casos o uso dessas palavras promove uma categorização. É o que ocorre no contexto abaixo, no qual a palavra guarda-chuva assunto categoriza o desmatamento incontido (da Amazônia) : “O príncipe alarma-se como o desmatamento incontido. (...) surpreendente foi observar brasileiros de todos os partidos e vertentes discutir pragmaticamente o assunto, sem deixar ranços ideológicos turvar a clareza do diálogo”. (Veja, 4/junho/2008, p.18)

Uma vez que tanto o termo curinga quanto o hiperônimo são caracterizados por sua generalidade ou vagueza semântica, foi criado um teste simples para distingui-los: utilizando-se os termos colocados em relação de co-referência, cria-se a frase “A é um tipo de B”. Se a frase parecer normal a um falante nativo, trata-se de hiperonímia, caso contrário, o termo A é um termo guarda-chuva. Enquanto a frase *O desmatamento incontido da Amazônia é um tipo de assunto* soa estranha, a frase *O macaco-prego é um tipo de macaco* não causa nenhuma estranheza, mostrando que *assunto* é uma palavra coringa e *macaco* um hiperônimo.

Tão raros quanto os casos de manutenção textual da relação de inclusão existente no sistema lingüístico, são os casos nos quais sinônimos lexicais são utilizados como recurso coesivo sem que haja qualquer mudança semântica. É o que ocorre no contexto abaixo no qual há a utilização dos sinônimos *menino* e *garoto* :

**O menino** Gabriel Alexandre da Silva, de 11 anos, mordeu o pit bull da família pra se proteger de um ataque (...), *o garoto* segurou o cão pelo pescoço e tascou-lhe uma dentada (Época, 28/julho/2008, p.17)

Pode ocorrer, também, de o texto propor uma equivalência entre palavras semanticamente próximas. No contexto abaixo é estabelecida uma relação de equivalência entre *receita* e *bula*. Ambos são utilizados para designarem instruções ou conselhos sobre como fazer algo, é este núcleo em comum que possibilita que sejam as palavras sejam vistas como equivalentes:

O escritor russo Ivan Turgêniev prescrevia a seguinte **receita** para curar os surtos de falta de criatividade que uma vez por outra assolam os escritores: dê uma olhada sem sua família, pois ali você encontrará um manancial de histórias. A escritora irlandesa Anne Enright, de 45 anos, seguiu *a bula* à risca ao escrever O encontro. (Época, 28/julho/2008, p.144)

Muito mais comum, nos textos pesquisados, as equivalências textuais são mais ou menos previsíveis por parte do leitor, segundo seu conhecimento de mundo. No contexto abaixo, a descrição definida *o herdeiro* retoma a expressão *príncipe Charles* estabelecendo uma relação de equivalência bastante previsível aos leitores que sabem que Charles é o filho mais velho da rainha. Os leitores que desconhecem esta informação, por outro lado, inferem-na com base no fato de “ser herdeiro do trono” ser uma propriedade exclusiva do príncipe mais velho:

Ouvimos do **príncipe Charles** uma narrativa fleumática acerca do pouquinho com que suas preocupações haviam sido recebidas no passado. (...) Mas, como o tempo fez justiça ao bom radar do *herdeiro*, seu projeto atual sobre o desmatamento na Amazônia merece atenção. (Veja, 04/junho/ 2008, p.18)

O mesmo fenômeno acontece neste outro trecho, no qual a descrição definida *o cientista alemão* retoma o nome próprio *Albert Einstein*:

A seção Veja essa (21 de maio) publicou a frase retirada da correspondência de **Albert Einstein** ao filósofo Eric Gutkind, de 1950, em que *o cientista alemão*, pai da teoria da relatividade, dizia que (...) (Veja, 04/junho/2008, p.40).

Quando a sinonímia textual se estabelece entre um nome e uma descrição definida através da equivalência proposta uma propriedade é atribuída na construção do referente. Esta atribuição de propriedade pode confirmar o que o leitor já sabe sobre o referente ou fornecer-lhe uma informação nova pela qual ele “aprende” que o referente apresenta a propriedade que o texto lhe atribui, conforme a função atributiva deste tipo de equivalência. No mesmo texto citado acima, há um exemplo disto: linhas adiante, o escritor do texto refere-se ao filósofo Eric Gutkind por intermédio da descrição definida o amigo (de Albert Einstein). Por meio desta retomada, o leitor é informado sobre a relação não profissional que unia a ambos:

A seção Veja (...) publicou frase retirada da correspondência de Albert Einstein **ao filósofo Eric Gutkind**, de 1954 (...) Odares escreveu à redação para contrapor que Einstein disse em particular, em carta *ao amigo*, ao amigo àquilo que ele disse publicamente.(idem.)

#### 4. Considerações Finais

Tradicionalmente, o estudo das relações de sentido entre palavras faz parte do escopo da Lexicologia, segundo Vilela estas relações de sentido só podem ser estudados no nível da língua.. Contudo, a Linguística Textual estuda sinônimos, hiperônimos e hipônimos como mecanismos de coesão textual mostrando que essas relações também ocorrem na materialidade textual,o que está de acordo com pesquisas de cunho estruturalista que enfocam a antonímia e a sinonímia como fenômenos textuais (SEIDE, 2002, 2004).Partindo do princípio de que é preciso distinguir os níveis de análise problematizando as relações uso-sistema e sistema-uso, algumas reflexões teóricas foram feitas sobre as relações de equivalência e inclusão no sistema e como mecanismos de coesão lexical, evidenciando as possibilidades de uso da sinonímia e hiperonímia.e sua função atributiva. Com base em textos de revistas de circulação nacional, essas possibilidades foram comprovadas: o uso de sinônimos e hiperônimos lexicais como recurso de coesão é possível, porém raro, muito mais freqüente é a utilização de hiperônimos lexicais como sinônimos textuais, via de regra, quando um hiperônimo é utilizado como mecanismo de coesão de um texto, o que se estabelece é uma relação de equivalência e não de inclusão. No que se refere ao uso de sinônimos textuais como recurso de coesão, observou-se que ele estabelece equivalências mais ou menos previsíveis pelo leitor, segundo seu conhecimento de mundo. Em ambos os casos, há atribuição de propriedades ao referente, contudo não se pode afirmar ser a sinonímia textual o único recurso responsável pela construção discursiva do referente, haja vista haver outros recursos linguísticos com função atributiva.

#### 5.Referências Bibliográficas

ANTUNES, Irandé. **Lutar com Palavras**. Coesão e Coerência. São Paulo: Parábola, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 4ª;ed. São Paulo: Cortez, 2005.

KOCH, Ingedore G.Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 2ª.ed. São Paulo:Cortez, 2003.

SEIDE, Márcia Sipavicius. Características e funções da antonímia textual.**Estudos Lingüísticos**, São Paulo, v.31, p;10-16, 2002.

\_\_\_\_\_. “A antonímia textual”. In ISQUIERDO, Aparecida Neri; KRIEGER Maria da Graça (orgs) **As ciências do Léxico**: Lexicología, Lexicografia, Terminología, vol.2, Campo Grande: Editora UFMS, 2004,p.101-110.